



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2014: X SALÃO DE ENSINO DA UFRGS
<b>Ano</b>	2014
<b>Local</b>	Porto Alegre - RS
<b>Título</b>	Tribunal Filosófico- uma proposta de metodologia para o ensino de Filosofia
<b>Autores</b>	ISABEL CRISTINA DALMORO DENISE MARIA ROSA DOS SANTOS LEONARDO SARTORI PORTO RAFAEL DA SILVA CORTES

O presente relato refere-se a uma prática docente vinculada ao *Estágio de Docência em Filosofia II*, componente obrigatório do currículo de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tal prática configura-se como uma proposta de metodologia para o ensino da disciplina de Filosofia na Educação Básica, neste caso específico, voltada a estudantes do Segundo ano do Ensino Médio do Colégio de Aplicação (CAp) da UFRGS, localizado na cidade de Porto Alegre - RS. A experiência de ensino ocorreu em duas turmas, envolvendo o professor regente e duas estagiárias, respectivamente, em dois períodos consecutivos, no dia vinte e quatro de maio de dois mil e quatorze. Um dos pontos desafiadores para a elaboração da proposta foi pensá-la como algo especialmente motivador para os alunos, já que se tratava de um sábado letivo. O outro ponto diz respeito aos objetivos pertencentes à disciplina de filosofia, que são: reconhecer os pressupostos teóricos que fundamentam o agir moral; ler filosoficamente textos de filosofia e de outras áreas; expressar e sustentar ideias (teoria, opinião) em argumentos consistentes e reconhecer contra-argumentos sólidos; estar abertos para mudança de posição; saber reconhecer o conteúdo especificamente filosófico em problemas interdisciplinares tratados na disciplina. O assunto abordado foi o ensino da ética, com foco na introdução às teorias do Determinismo e Libertarismo. Para tanto, utilizou-se como recurso didático a adaptação do conto *Os que se afastam de Omelas* (*The Ones Who Walk Away from Omelas*, 1974), de Úrsula K. Le Guin, apresentado sob a forma de um “caso” que foi levado a uma espécie de “tribunal filosófico”. Uma vez instaurado o tribunal (dado que uma testemunha denunciou o povo de Omelas), cada aluno recebeu um envelope contendo a designação do cargo que teria no julgamento, bem como as instruções para os procedimentos seguintes. Agrupados conforme seus cargos, os alunos dirigiram-se a espaços diferentes dentro do CAp, sinalizados com placas que traziam qual a função que estava ali ocorrendo (por exemplo: TRIBUNAL FILOSÓFICO: SALA DA PROMOTORIA), de modo a estudar o caso, bem como as teorias. Os alunos montaram seus argumentos de defesa (tendo como base a teoria do Determinismo) ou de condenação ao povo de Omelas - réu no caso (tendo como base a teoria do Libertarismo), e foram elaboradas perguntas pelos jurados para cada um dos grupos (tendo como base as duas teorias). Depois desse momento de atividade escrita em cada um dos três grupos, houve o julgamento simulado, na “sala dos jurados”, que deu todo o aspecto lúdico à atividade, ocorrido na seguinte ordem: apresentação da defesa; apresentação da promotoria; réplica da defesa; réplica da promotoria; perguntas dos jurados para cada um dos advogados envolvidos no julgamento; respostas de cada um dos advogados (após deliberarem com os seus clientes); perguntas do juiz à testemunha e a um representante do povo - réu; votação dos jurados e apuração dos votos; promulgação da sentença pelo juiz. Somente após a sentença é que os alunos tomaram conhecimento de que o “Caso Omelas” tratava-se, na verdade, de uma adaptação de um conto literário. Ao final da experiência, pode-se perceber (tanto em uma turma, quanto na outra) que os estudantes se mostraram motivados com a atividade proposta, seguindo as instruções recebidas, procurando realizá-las da melhor maneira, solicitando auxílio tanto para a compreensão das teorias em questão, quanto para a construção do argumento que lhes cabia. Notou-se também o interesse dos alunos em relação ao conto de onde foi extraído e adaptado o “Caso Omelas”, uma vez que estes buscaram dados sobre o mesmo, a fim de poder lê-lo na íntegra. Cabe acrescentar a este relato que a experiência repercutiu entre os demais alunos do CAp: ao notarem a movimentação ocorrida, muitos demonstraram interesse sobre o que estava acontecendo. Além disso, os alunos que não estiveram presentes naquele dia, na aula seguinte ao “tribunal filosófico” trouxeram comentários, perguntas sobre o mesmo e solicitaram que tal atividade voltasse a acontecer. Notou-se também que os alunos que participaram da atividade proposta, ao serem solicitados nas aulas seguintes que fizessem a defesa da posição que mais acordassem conseguiram se expressar com mais domínio sobre a teoria, elaborando melhor o argumento.